

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 482.846 - PE (2014/0048430-9)

RELATOR : **MINISTRO GURGEL DE FARIA**
AGRAVANTE : **ESTADO DE PERNAMBUCO**
PROCURADOR : **HENRIQUE LUIZ DE LUCENA MOURA E OUTRO(S)**
AGRAVADO : **SAULO GABRIEL GRANJA MEDRADO**
AGRAVADO : **MARCOS GRACINDO GRANJA**
ADVOGADO : **ELIZABETH DE CARVALHO - PE017009G**

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo ESTADO DE PERNAMBUCO contra decisão do Tribunal de Justiça daquele Estado, que não admitiu recurso especial, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, que desafia acórdão assim ementado (e-STJ fl. 298):

PROCESSO CIVIL. EQUÍVOCO QUANTO À CORRETA INDICAÇÃO DA PARTE EMBARGANTE NA PETIÇÃO RECURSAL. DEFEITO SANÁVEL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. A indicação errônea da parte na petição recursal representa simples erro material que não inviabiliza o julgamento do recurso. trata-se de defeito sanável, inexistente prejuízo processual dele decorrente, sendo aplicável o princípio da instrumentalidade das formas.
2. Agravo regimental a que se nega provimento. Interlocutória mantida.
3. Decisão unânime.

Os aclaratórios opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 354-360)

No especial obstaculizado, a parte recorrente alegou violação da Súmula 115 do STJ, dos arts. 662 e 682 do CC e dos arts. 13, 37 e 183 do CPC/1973., sustentando, em síntese, que foi indevida a decisão interlocutória que determinou a intimação da parte embargante para sanar irregularidade relativa à representação processual da parte.

Contrarrazões às e-STJ fls. 385/389.

O apelo nobre recebeu juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem, ao entendimento de que não houve exaurimento do grau recursal, tendo em vista que o acórdão objeto do recurso especial resume-se à insurgência relativa à decisão interlocutória, restando pendente, na origem, o julgamento de embargos de declaração da apelação. (e-STJ fl. 392).

No presente agravo, a parte recorrente alega, em resumo, a inaplicabilidade do referido empeco.

Contraminuta (e-STJ fls. 406/410).

Passo a decidir.

Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo 2).

Feita essa consideração, cabe examinar a admissibilidade e processamento do presente recurso especial.

Da análise dos autos, verifica-se que o recurso especial foi interposto contra acórdão que, em sede de agravo regimental, manteve decisão interlocutória proferida pelo relator da apelação, que determinou a intimação da parte embargante para sanar irregularidade relativa à representação processual da parte.

Nos termos do art. 542, § 3º, do CPC/1973, o recurso especial, quando interposto contra decisão interlocutória em processo de conhecimento, cautelar, ou embargos à execução, ficará retido nos autos e somente será processado se o reiterar a parte, no prazo para a interposição do recurso contra a decisão final, ou para as contrarrazões. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSAMENTO DO RECURSO ESPECIAL RETIDO (ART. 542, §3º, DO CPC). HONORÁRIOS PERICIAIS. MANUTENÇÃO DA RETENÇÃO.

1. Esta Corte já decidiu que a retenção do recurso especial deve ser mantida quando interposto contra acórdão que, em sede de agravo de instrumento, decide questão relativa ao adiantamento dos honorários periciais, já que a despesa é passível de ressarcimento na hipótese de improcedência da ação principal.

2. Agravo regimental não provido. (AgRg no Ag 1.349.178/PR, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe 26/11/2012).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RETENÇÃO. ART. 542, § 3º, DO CPC. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. O agravante não trouxe argumentos novos capazes de infirmar os fundamentos que alicerçaram a decisão agravada, razão que enseja a negativa de provimento ao agravo regimental.

2. A Corte de origem resolveu a controvérsia de maneira sólida e fundamentada, apenas não adotando a tese dos recorrentes, razão pela qual fica afastada a afronta ao art. 535 do CPC.

3. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que o Recurso Especial interposto contra acórdão proferido em Agravo de Instrumento que verse sobre inversão do ônus da prova ou produção de prova pericial deve permanecer retido na origem, nos termos do § 3º do art. 542 do CPC, salvo perigo de dano irreparável. (cf.: AgRg no AREsp 87.192/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/03/2012, DJe 12/04/2012)

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 296.757/RJ, Relator Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe 20/08/2013).

Superior Tribunal de Justiça

É certo que esta Corte de Justiça admite o afastamento da regra do art. 542, § 3º, do CPC/1973, quando o recorrente demonstrar a viabilidade do recurso especial (*fumus boni iuris*) e o perigo de que, com a sua retenção, sobrevenha dano irreparável ou de difícil reparação ao recorrente (*periculum in mora*).

No caso, o ente estadual nem sequer alegou eventual risco de esvaziamento do objeto do recurso especial ou qualquer outro motivo que justificasse a mitigação da aludida regra processual.

Assim, esta Corte firmou o entendimento de que, nesses casos, havendo o indevido processamento do recurso (processamento prematuro), este deverá retornar ao Tribunal de origem em observância ao art. 542, §3º do CPC/1973.

Ante o exposto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem para que o recurso especial seja processado na forma do art. 542, § 3º, do CPC/1973.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator